

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA
COMISSÃO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS
DOM PAULO EVARISTO ARNS

ARN



JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

COMISSÃO
ARN

FOTO: HÉLIO CAMPOS MELO

Missão

Acolher, condenar e divulgar graves violações da integridade física, da liberdade e da dignidade humana, especialmente as cometidas por agentes do Estado contra pessoas e populações discriminadas. E também dar visibilidade e seguimento jurídico, em instâncias nacionais e internacionais, a casos de graves violações de direitos humanos, propondo-se a trabalhar em rede, de forma articulada com os organismos de defesa já existentes.

História

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns (Comissão Arns) foi fundada em 16 de janeiro de 2019 com o objetivo de dar visibilidade e acolhimento institucional

a graves violações da integridade física, da liberdade e da dignidade humana, especialmente as cometidas por agentes do Estado contra pessoas e populações discriminadas, como negros, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+, mulheres, jovens, comunidades urbanas ou rurais em situação de extrema pobreza.

Quem somos

Somos uma organização da sociedade civil composta por juristas, intelectuais, jornalistas, ativistas apartidários e voluntários na defesa dos direitos humanos. O grupo, formado por 22 democratas, atua de forma voluntária, suprapartidária, ao lado de milhares de defensores de direitos humanos pelo país.

FOTO: ANDRÉ AMÉRICO



mem bros

Membros fundadores

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos
Dom Paulo Evaristo Arns



Margarida
Genevois

Presidente
de honra



José Carlos
Dias

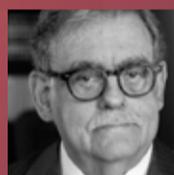
Presidente



Ailton Krenak



André Singer



Antonio
Claudio Mariz
de Oliveira



Belisário dos
Santos Jr.



Claudia
Costin



Dalmo de
Abreu Dallari
(in memoriam)



Fábio Konder
Comparato



José Gregori



José Luiz del
Roio



José Vicente



Laura
Greenhalgh



Luiz Carlos
Bresser-
Pereira



Luiz Felipe de
Alencastro



Manuela
Ligeti
Carneiro da
Cunha



Maria
Hermínia
Tavares de
Almeida



Maria
Victoria de
Mesquita
Benevides



Oscar Vilhena
Vieira



Paulo Sérgio
Pinheiro



Paulo
Vannuchi



Sueli Carneiro



Vladimir
Safatle

Associados

Bruna Lavinias Jardim Falleiros
Carmen Mansano da Costa Barros Filha
Christine Engelberg
Eloísa Machado
Felipe de Paula
Gabriel Sampaio
Hélio Freitas de Carvalho da Silveira
Joana Zylberstajn
Julia Mello Neiva
Juliana Miranda
Juliana de Paula Batista
Leana Naiman Bergel Friedman
Luiz Armando Badin
Maria Victoria H. Lerner
Marlus Arns
Ney Strozake
Samara Pataxó
Sílvia Lopes de Menezes

Conselho Fiscal

Cláudia Costin
Lilian Furquim C. de Andrade
Lucia Fernandez Hauptman

Diretora Executiva

Laura Greenhalgh

Secretário

André Alcântara

Assessoria de Imprensa

Analítica Comunicação

Assessoria de Redes Digitais

Aurea Lopes

RELATÓRIO INSTITUCIONAL COMISSÃO ARNS – 2022

O ano de 2022 foi de grandes desafios e, também, de relevantes realizações. Uma das principais, em especial por seu alto valor simbólico, foi a condenação do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pelo célebre Tribunal Permanente dos Povos (TPP) pela maneira como conduziu a crise sanitária decorrente da pandemia da SARS-CoV-2 no Brasil.

O ex-presidente foi denunciado ao TPP pela Comissão Arns, pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, pela Coalizão Negra por Direitos e pela Internacional de Serviços Públicos -- ISP, por “crimes contra a humanidade” e “incitação ao genocídio de povos indígenas do Brasil”. A 50ª Sessão do Tribunal Permanente dos Povos (TPP), sob o tema Pandemia & Autoritarismo, ocorreu em 24 e 25 de maio e no dia 1º de setembro, quando foi lida a sentença, responsabilizando Bolsonaro. Primeira condenação internacional do ex-presidente por seus atos e omissões em particular contra povos indígenas, populações negras e profissionais da saúde, durante a pandemia, a sentença do TPP foi encaminhada ao Tribunal Penal Internacional, com sede em Haia. Nesse sentido, o TPP colabora com pedidos de investigação contra Jair Bolsonaro, por crimes contra a humanidade, apresentados anteriormente pela Comissão Arns àquela corte penal.

Ainda no campo internacional, a Comissão participou de iniciativas em defesa da democracia no Brasil, a mais importante delas missão em Washington, onde lideranças da sociedade civil brasileira se encontraram com políticos, sindicalistas e ativistas, para dar informação sobre as graves ameaças do governo Bolsonaro à realização da eleição presidencial. As iniciativas nos Estados Unidos foram organizadas pelo Washington Brazil Office, WBO, um think tank que tem a Comissão Arns entre os seus membros constitutivos.

Internamente, a luta em defesa dos direitos humanos, da soberania popular, do respeito às instituições democráticas e ao resultado das eleições teve seu ponto alto no dia 11 de agosto, na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no centro de São Paulo. Na ocasião, José Carlos Dias, presidente da Comissão Arns, e Oscar Vilhena, um dos seus fundadores, leram o Manifesto em Defesa da Justiça e da Democracia, assinado por dezenas de entidades, num ato da sociedade civil →

→ que teve grande repercussão em todo o país. Sem esquecer da vigília cívica em favor da integridade do processo eleitoral brasileiro, realizada no primeiro turno da eleição presidencial e encabeçada por mais de vinte entidades da sociedade civil – sendo a Comissão Arns uma delas -- na sede da OAB em São Paulo.

Foram consideráveis, ainda, as iniciativas em defesa dos direitos humanos contra atos racistas e em favor dos povos indígenas. Além de emitir notas públicas, a Comissão Arns ingressou com representações na Justiça e encaminhou ao Supremo Tribunal Federal memoriais denunciando a crítica situação do povo Yanomami e seus vizinhos, bem como a situação de violência crescente contra indígenas da região do Vale do Javari, constantemente invadida por garimpeiros, e que seria o triste cenário do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips por indivíduos associados a diferentes atividades ilegais, entre elas, a pesca do pirarucu.

Em memória de Bruno e de Dom e em defesa da vida dos povos indígenas, foi realizado ato inter-religioso na Catedral Metropolitana de São Paulo, organizado pela Frente Inter-Religiosa Dom Paulo Evaristo Arns, em parceria com a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, a Comissão Arns, o Instituto Vladimir Herzog e a OAB-SP.

Desse modo, acreditamos ter cumprido em 2022 com os compromissos da nossa missão e, mais uma vez, agradecemos aos movimentos sociais e organizações não governamentais nossos parceiros, que tanto nos ajudaram a reforçar a rede de proteção aos direitos humanos e à democracia no Brasil.

su, má rio

Sumário

07	Apresentação
09	Introdução
12	Atuação Internacional
12	Atuação Nacional
15	Ações
17	1. Defesa da democracia e das liberdades individuais
18	2. Direito à vida e outros direitos
20	3. Direito dos povos indígenas e populações tradicionais
22	4. Violência policial, tortura e abuso de autoridade
25	5. Racismo
27	6. Direito à memória e à verdade
29	A Comissão Arns na mídia



Atuação Internacional

EM DESTAQUE

50ª Sessão do Tribunal Permanente dos Povos (TPP), 24 e 25/5/22

O Tribunal Permanente dos Povos (TPP) reuniu-se simultaneamente nas cidades de Roma e de São Paulo para examinar a ocorrência de violações e crimes contra a humanidade cometidos pelo presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e seu governo durante a pandemia da Covid-19.

A Sessão do TPP foi promovida pela Comissão Arns, pela Internacional de Serviços Públicos (PSI), pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e pela Coalizão Negra por Direitos, que formalizaram a acusação ao denunciar o presidente Bolsonaro de ter propagado intencionalmente a pandemia de Covid-19 no Brasil, gerando a morte e o adoecimento evitáveis de milhares de pessoas, na perspectiva de uma escalada autoritária que buscou suprimir direitos e erodir a democracia.

O célebre tribunal de opinião foi instalado em formato híbrido, com atos presenciais no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) nos dias 24 e 25 de maio, das 9h às 13h30, aberto ao público. Acusação, testemunhas e defesa atuaram a partir da Faculdade, enquanto o secretariado-geral do TPP e o júri internacional, de forma *on-line*.

A sessão durou oito horas e contou com nove testemunhas e 12 jurados de sete nacionalidades. Porém, o veredito sobre a atuação de Bolsonaro na pandemia só foi anunciado em setembro.

A sentença foi lida pelo jurista argentino Eugenio Zaffaroni e comentada pelo jurista italiano Luigi Ferrajoli, presidente do corpo de jurados, no dia 1º de setembro, na Faculdade de Direito da USP, com a participação dos grupos vitimados pelas ações do governo federal durante a pandemia. Uma das considerações foi a de que Bolsonaro provocou “maliciosamente a morte de várias dezenas de milhares de pessoas através de decisão tomada, na qualidade de chefe do Poder Executivo de Estado, de rejeitar a política de isolamento, prevenção e vacinação”.

Essa foi a primeira condenação internacional de Bolsonaro por seus atos e omissões contra povos indígenas, populações negras e profissionais da saúde durante a pandemia.

A sentença foi encaminhada aos candidatos à presidência da República nas eleições de 2022 e ao Tribunal Penal Internacional, o Tribunal de Haia, visando colaborar com o pedido de investigação de crimes contra a humanidade praticados por Jair Bolsonaro.

Apelo Urgente à ONU

A Comissão Arns encaminhou, em 10/2, Apelo Urgente ao Relator Especial das Nações Unidas Sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerância, solicitando averiguação, junto ao Estado brasileiro, se as hipóteses de racismo e da ação de milícias estão sendo consideradas nas investigações do assassinato do refugiado congolês Moïse Kabagambe, dia 24/1, no Rio de Janeiro.

Washington Brazil Office

A Comissão Arns participa do Conselho Consultivo do Washington Brazil Office (WBO), organização independente criada em 2022 para promover atividades de *advocacy*, informação e cooperação na proteção de direitos humanos, promoção do desenvolvimento econômico sustentável e defesa da democracia e do estado de direito, junto ao público e a autoridades americanas.

Civil Society Briefing on Brazil Presidential Elections

Representando a comissão, a fundadora Maria Hermínia Tavares de Almeida participou de forma remota do evento, voltado a tratar das perspectivas das eleições presidenciais no Brasil. O encontro, realizado em 25/3, organizado pelo WBO e pelo Washington Office of Latin America (Wola), alertou integrantes e assessores do Congresso dos Estados Unidos sobre as ameaças do governo Jair Bolsonaro à integridade do processo eleitoral de 2022 no Brasil.

Denúncia de violência da Polícia Rodoviária Federal à ONU

Entrega ao representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos na América do Sul, em 1/6, de relatório sobre violências da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que resultaram na morte de Genivaldo Santos, asfixiado dentro de um carro da PRF em Sergipe, e sobre operação policial realizada na Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, a segunda mais letal da história do estado.

No documento, pediu à ONU que condenasse a ampliação das competências da PRF durante o governo Jair Bolsonaro e também defendeu que a ONU reforçasse a necessidade de intensificar o controle externo da atividade policial no Brasil, comunicasse o governo brasileiro sobre as obrigações relacionadas aos direitos humanos, ratificadas em tratados internacionais, e atentasse para declarações de autoridades brasileiras que incentivem a violência.

Investigação das mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips

As organizações Conectas Direitos Humanos e Comissão Arns denunciaram, durante a 50ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU - América do Sul, dia 22/6, em Genebra (Suíça), a demora nas investigações sobre os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips na região da Terra Indígena do Vale do Javari, no Amazonas.

Missão a Washington

Representada pelo ex-ministro e membro fundador da Comissão Arns Paulo Vannuchi, a Comissão participou, com outras 18 organizações da sociedade civil, de uma série de encontros com políticos e representantes de instituições norte-americanas, para alertar sobre as ameaças à democracia e ao sistema eleitoral do Brasil. Os encontros foram realizados na última semana de julho. Entre os interlocutores, estavam o senador Bernie Sanders e o deputado Jamie Raskin, que investigou a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021.

Pedido de proteção internacional a juízes e mesários nas eleições brasileiras

Nove entidades da sociedade civil – como Washington Brazil Office, Comissão Arns, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, Observatório para Monitoramento dos Riscos Eleitorais no Brasil e Associação dos Juízes pela Democracia – solicitaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em 25/8, a proteção de juízes eleitorais, mesários e outros grupos expostos à violência política nas eleições presidenciais.

Denúncia de ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral

Representantes de organizações da sociedade civil viajaram à Europa, em setembro, para denunciar o aumento da violência política no Brasil durante as eleições presidenciais e os ataques do presidente Jair Bolsonaro à integridade do sistema eleitoral. Em encontros com

integrantes do Alto Comissariado da União Europeia e na 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, os brasileiros pediram que a comunidade internacional reconheça os resultados das eleições. Além da manifestação oficial, as organizações realizaram, em 12/9, evento paralelo à 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, com o tema *Democracia, Direitos e Bens Comuns*.

Manifesto internacional condena ataques de Bolsonaro à democracia e defende sistema eleitoral brasileiro

A visibilidade dos eventos internacionais promovidos pelas organizações brasileiras possibilitou que 514 intelectuais, ativistas, políticos e artistas de dez países assinassem o *Manifesto em Defesa de Eleições Livres e da Democracia no Brasil*, lançado na internet em 19 de setembro. No Brasil, o lançamento ocorreu em cerimônia na PUC de São Paulo. A Comissão Arns participou da articulação do documento e dos eventos.

Carta ao Papa pedindo apoio à democracia

Em 23/9, a Comissão Arns enviou carta ao Papa Francisco solicitando que o Vaticano participasse da defesa da democracia brasileira, apoiasse o processo eleitoral e reconhecesse o resultado das urnas. Sua Santidade recebeu a correspondência da Comissão Arns em mãos, levada pelo bispo D. Pedro Luiz Stringhini, de Mogi das Cruzes (SP). O Papa acusou o recebimento diretamente para a Comissão Arns e fez referências públicas ao conteúdo da carta.



Atuação Nacional

EM DESTAQUE

[Ato em defesa da Democracia e da Justiça, em Onze de agosto](#)

A Comissão Arns participou do movimento Em Defesa da Democracia e da Justiça no Brasil e dos dois importantes eventos, por ele organizados, em defesa da democracia e do respeito ao resultado das eleições, em especial a presidencial.

O primeiro foi a leitura da “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito” no Largo São Francisco, na Faculdade de Direito da USP, na cidade de São Paulo, no dia 11 de agosto. Estavam presentes estudantes, ex-estudantes, advogados, professores e juristas da Faculdade de Direito da USP e outras universidades.

O outro evento foi a leitura, no mesmo dia e no Salão Nobre da Faculdade de Direito, do Manifesto assinado por diversas entidades e instituições da sociedade civil, representadas por integrantes do alto empresariado, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Fiesp, dos sindicatos de trabalhadores, como a CUT e a Força Sindical, de movimentos sociais populares e de segmentos como o do povo negro, entre outros.



Ministro Alexandre de Moraes

Democracia e liberdades individuais

Nota Pública # 43 – Violação dos direitos de crianças e adolescentes no MEC, 23/3.

Afirmou acompanhar com preocupação os episódios de corrupção e violação de direitos fundamentais de crianças e adolescentes pelo governo federal, no Ministério da Educação. Repudiou com veemência a prioridade dada à aprovação de verba para prefeituras que atendem interesses privados de pessoas indicadas pelo próprio presidente da República e de grupos religiosos.

Nota Pública # 48 – Bolsonaro reúne embaixadores estrangeiros para criticar sistema eleitoral, 20/7.

Denunciou como mais um passo na montagem de um golpe de Estado o encontro promovido pelo presidente da República com cerca de 40 embaixadores estrangeiros em Brasília. Na ocasião, Bolsonaro mentiu sobre o sistema brasileiro de votação e criticou a conduta de ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que defenderam afastar os militares do processo de apuração da votação.

Nota Pública # 50 – Solidariedade ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, 5/9.

Manifestou solidariedade ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, diante dos ataques que sofreu por atender à solicitação da Polícia Federal para investigar o financiamento de atividades antidemocráticas e de difusão de *fake news*.

Nota Pública # 51 – Solidariedade à jornalista Vera Magalhães, 14/9.

Manifestou apoio à jornalista Vera Magalhães e repudiou os ataques a ela por parte do presidente Jair Bolsonaro e do deputado estadual paulista Douglas Garcia (Republicanos), que fazem parte de uma campanha demolidora, mal intencionada e misógina visando desqualificar o trabalho das mulheres na imprensa brasileira.

Adesão ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral, 7/4.

O termo de cooperação entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Comissão Arns afirma que a produção e difusão de informações falsas representa risco a bens e valores essenciais à sociedade, como a democracia, e afeta de forma negativa a legitimidade e a credibilidade do processo eleitoral e a capacidade de os cidadãos exercerem o direito de voto de forma consciente e informada.

Ato de desagravo à jornalista Miriam Leitão, 20/4.

Em ato virtual de desagravo às ofensas feitas à jornalista pelo deputado Eduardo Bolsonaro, o membro fundador e primeiro presidente da Comissão Arns, Paulo Sérgio Pinheiro, fez a saudação inicial do encontro, destacando o importante papel de Miriam na imprensa brasileira, e lembrando ter sido ela vítima das torturas praticadas pela ditadura militar.

Carta aberta a candidatas e candidatos à Presidência da República, 7/8.

A Comissão Arns e o Instituto Vladimir Herzog enviaram carta aberta às candidatas e candidatos à presidência da República pedindo sua adesão incondicional aos princípios republicanos e democráticos que embasam a Constituição de 1988, a defesa do processo eleitoral e o compromisso público em respeito à vida, à liberdade, à cultura de paz e à agenda universal dos direitos humanos.

Vigília cívica defende a integridade do processo eleitoral, 2/10.

Organizações da sociedade civil promoveram, em 2/10, na sede da OAB São Paulo, uma vigília cívica em favor da integridade do processo eleitoral em todo o país. Com a participação da Comissão Arns, Comitê de Defesa da Democracia, Pacto pela Democracia, Coalizão em Defesa do Sistema Eleitoral, Conectas Direitos Humanos, Democracia em Xequê, Direitos Já!, Instituto Ethos, Fundação Tide Setubal, Transparência Internacional, Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e dos comitês de professores pela democracia das

faculdades de Direito da USP e da FGV SP, entre outras, a vigília defendeu a garantia do acesso às seções eleitorais no 1º e 2º turno das eleições, a normalidade do processo de votação, a apuração e totalização dos votos e o reconhecimento dos resultados eleitorais.

Solidariedade a Dom Odilo Scherer, 19/10.

A Comissão Arns externou solidariedade ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, alvo de violência nas redes sociais por internautas radicais e intolerantes.

Ameaças a candidato à Presidência da República, em 11/4.

Envio de ofícios ao general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, comandante do Exército, ao subprocurador-geral da República, [Carlos Alberto Vilhena](#), e à promotora de Justiça da comarca de Armazém (SC), Ana Luisa de Miranda Bender Schlichting, pedindo providências a respeito de discursos de ódio e ameaças feitas por cidadão da cidade de Gravatal (SC), que se dirigiu em tom ameaçador a adversários políticos, fazendo seguidos disparos em alvo em forma de silhueta humana, e contra clubes de tiro fiscalizados pelo Exército que permitem a utilização da imagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como alvo.

Extinção da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, em 7/12

Representação enviada ao Ministério Público Federal contra a extinção da Comissão pelo governo federal, desrespeitando processo de transição governamental.

na

2

Direito à vida e outros direitos

Nota Pública # 46 – Contra as falsidades e os riscos de cartilha do Ministério da Saúde sobre aborto, 23/6.

→ Repudiou o teor da cartilha “Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento”, lançada pelo Ministério da Saúde no dia 8 de junho. Para a Comissão Arns, o aborto deve ser tratado no âmbito da saúde pública, e não guiado por visões religiosas ou dogmáticas.

Pacto pela vida das crianças brasileiras, 21/1.

As entidades do Grupo das 6, formado por CNBB, OAB, SBPC, ABP, ABC e Comissão Arns, condenaram as manobras e notícias falsas para desacreditar as vacinas contra a Covid-19, que visam minar a confiança dos pais na vacinação das crianças.

Participação na audiência pública sobre liberdade de imprensa, opinião e direito à informação, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal em 15/2, ao lado de diversas organizações nacionais e internacionais, como Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados



Cartilha “Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento”

Americanos (OEA), WikiLeaks, Associação Brasileira de Imprensa, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Federação Nacional dos Jornalistas e Instituto Vladimir Herzog.

Envio de memorial aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)

na ação constitucional que trata da inconstitucionalidade da elaboração de dossiê de monitoramento de supostos opositores políticos do presidente (ADPF 722).

Observatório dos Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça, 14/11.

A convite da ministra Rosa Weber, passou a integrar o Observatório dos Direitos Humanos, a partir da sua reformulação visando à participação de entidades na entidade.

Participação na audiência pública que tratou da Agenda de Reconstrução dos Direitos Humanos no Brasil, promovida pela Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo, em 8/12.

Ofício enviado ao Supremo Tribunal Federal elogiando o voto condutor proferido pela ministra Cármen Lúcia no julgamento da ADPF nº 72 – o chamado Dossiê Antifascista e Violação de Direitos Fundamentais – e solicitando que o voto seja referendado por todos os demais ministros do STF.

Direitos dos povos indígenas e populações tradicionais

Nota Pública # 45 – Alerta para o desaparecimento de indigenista brasileiro e de jornalista inglês na Terra Indígena Vale do Rio Javari, no Amazonas, 9/6.

Manifestou apreensão com o desaparecimento do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Philips na Terra Indígena do Vale do Javari (AM), em condições até então não esclarecidas. Destacou, ainda, que o desaparecimento aconteceu em contexto anormal, que se acentuou nos últimos anos com a desproteção das terras indígenas, o desmonte dos órgãos de controle ambiental, a diminuição da fiscalização de atividades predatórias, a crônica insegurança pública e a promoção do ódio contra indígenas, servidores da Funai, técnicos do Ibama e jornalistas.

Nota Pública # 49 – Em defesa do grupo indígena isolado no Vale do Javari, que precisa de atendimento urgente, 4/8.

Expressou grande preocupação com a situação de um grupo indígena isolado na região, de língua não identificada, que visivelmente estava procurando se comunicar. Fosse para informar alguma invasão de seu território, fosse por alguma outra razão que os tenha levado a procurar contato, o grupo parecia enfrentar uma situação que exigia providências urgentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Nota Pública # 53 – Pedido de vigor na investigação do caso Bruno Pereira e Dom Philips, 27/10.

Diante da revogação da prisão provisória de Ruben Dario da Silva Villar, vulgo Colômbia, suspeito de ser o mandante dos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Philips, exortou as autoridades a reforçarem o empenho na elucidação dos fatos. E alertou que, apesar da grande repercussão das duas mortes, indígenas e indigenistas do Vale do Javari continuavam a receber ameaças contra suas vidas.

Nota Pública # 55 – Pelo tombamento do patrimônio histórico e cultural do terreiro Ilê Asé Odé Ibualamo, 22/12.

Unindo-se à Defensoria Pública e aos núcleos de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (Nuddir) e de Habitação e Urbanismo (Nhaburb), instou as autoridades competentes a garantir a realocação do lugar de culto e proceder ao tombamento do patrimônio histórico e cultural do terreiro Ilê Asé Odé Ibualamo, na cidade de Carapicuíba (SP).

Terreiro Ilê Asé Odé Ibualamo Imagem: Arquivo pessoal



Ato inter-religioso em homenagem a Bruno Pereira e Dom Phillips e em defesa da vida dos povos indígenas, 16/7.

Em memória do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips e em defesa da vida dos povos indígenas, foi realizado ato inter-religioso na Catedral Metropolitana de São Paulo, na Praça da Sé, em São Paulo, organizado pela Frente Inter-Religiosa Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz, em parceria com a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, a Comissão Arns, o Instituto Vladimir Herzog e a OAB-SP.

Ofício à coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Eliana Peres Torelly de Carvalho, em 16/6, solicitando investigação criminal a respeito dos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, considerando que, por estarem os homicídios relacionados à atuação dos dois em território indígena, a competência é da Justiça Federal e, portanto, a investigação deve estar a cargo do Ministério Público

Ofício à coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Eliana Peres Torelly de Carvalho, em 16/6, solicitando investigação criminal a respeito dos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, considerando que, por estarem os homicídios relacionados à atuação dos dois em território indígena, a competência é da Justiça Federal e, portanto, a investigação deve estar a cargo do Ministério Público Federal.

Nota Técnica em favor da plena proteção territorial das terras indígenas, em apoio à causa defendida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que pede providências

em face do Ofício Circular nº 18/2021/CGMT/DPT/FUNAI, que determinou que os Planos de Trabalho de Proteção Territorial devem prever atividades apenas para terras indígenas que estejam homologadas, salvo no caso daquelas que sejam objeto de decisão judicial.

Relatório sobre violência na Terra Indígena do Vale do Javari, elaborado em parceria com a Rede Liberdade, foi entregue ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 22/9, pouco depois de a Justiça Federal do Amazonas autorizar a soltura de Rubens Villar Coelho, suspeito de ter ordenado as execuções do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips. O documento foi oferecido como subsídio para o grupo de trabalho do CNJ criado para acompanhar as circunstâncias e precedentes dos desaparecimentos das vítimas e formular sugestões. O relatório também foi enviado ao Ministério Público Federal e ao ministro Edson Facchin, do Supremo Tribunal Federal, relator da ADPF nº 991 que apura as violações contra os povos indígenas durante a pandemia em ações constitucionais que tratam do julgamento do marco temporal em relação à posse dos territórios dos povos indígenas (RE 1017365); e da obrigação de proteção dos territórios indígenas, independente da homologação (MS 26853), pendentes de julgamento.

Envio de memoriais aos ministros e ministras do Supremo Tribunal Federal (STF) em ações constitucionais que tratam do julgamento do marco temporal em relação à posse dos territórios dos povos indígenas (RE 1017375); e da obrigação de proteção dos territórios indígenas, independente da homologação (MS 26853), pendentes de julgamento.

Violência policial, tortura e abuso de autoridade

Nota Pública # 44 – Crime hediondo praticado por policiais rodoviários federais, 27/5.

Condenou o brutal homicídio de Genivaldo de Jesus Santos por agentes da Polícia Rodoviária Federal, após tortura por asfixia com fumaça dentro de veículo policial. O crime ocorreu no município sergipano de Umbaúba, em 25/5.

Nota Pública # 47 – Crime de ódio em Foz do Iguaçu, 16/7.

Condenou o assassinato do guarda municipal e militante do PT Marcelo de Arruda, em sua festa de aniversário, pelo policial penal federal bolsonarista Jorge José da Rocha Guarinho. Também denunciou as tentativas do governo federal de tratar a tragédia como um fato isolado e considerou o crime consequência da escalada de intolerância e de violência política no país, estimulada pelo discurso de ódio do presidente Jair Bolsonaro e por suas providências visando ao armamento geral da população.



Nota Pública # 52 – Tiroteio em evento eleitoral em São Paulo, 27/10.

Afirmou considerar nebulosas as explicações dadas pelo comitê do candidato Tarcísio de Freitas ao governo paulista sobre tiroteio durante campanha eleitoral na comunidade de Paraisópolis, em 17/10, e exigiu o imediato esclarecimento do episódio, que culminou com a morte de uma pessoa.

Nota Pública # 54 – Pela apuração do assassinato de liderança do MST, 16/12.

Expressou indignação com o assassinato do líder sem-terra Raimundo Nonato Silva Oliveira na cidade de Araguatins (TO), na madrugada de 13/12. Com anos de atuação em defesa das lutas populares, Raimundo Nonato havia escapado de várias emboscadas patrocinadas por fazendeiros e grileiros da região do Bico do Papagaio.

Ofícios ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Tocantins e ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, em 16/12, solicitando a apuração do assassinato de Raimundo Nonato Silva de Oliveira, liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Tocantins.

Envio de memorial aos ministros e ministras do Supremo Tribunal Federal (STF) em ação constitucional que trata da regulamentação da ação policial em favelas e comunidades empobrecidas, com a implantação de política pública de segurança pública para redução da letalidade e violência policial (ADPF 635), pendente de julgamento.

em 24/1. Foram protocolados documentos direcionados a Luciano Oliveira Mattos de Souza, procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; João Batista Berthier Leite Soares, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, e Marcus Vinícius de Almeida Braga, delegado da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Ingresso como amicus curiae e sustentação oral em ações constitucionais no STF para defesa da competência das Defensorias Públicas em realizar requisição de informações para propositura de ações coletivas (ADI 6852), que foi confirmada pela Corte, e para o estabelecimento de critérios para a abordagem policial em garantia da liberdade de ir e vir (HC 208240), pendente de julgamento.

Ofício ao secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, general João Camilo Pires de Campos, solicitando apuração da violência ocorrida na madrugada de 10/4 contra 450 famílias do Acampamento Marielle Vive, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Valinhos (SP). Em 28/4, a Comissão Arns visitou o acampamento, onde ouviu as vítimas e prestou solidariedade.

Encontro virtual Construção e Desmonte das Políticas de Combate à Tortura do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, em 9/9. O ato tratou do desmonte e reconstrução das políticas de combate à tortura no Brasil nos últimos anos e, especialmente, durante a gestão do governo Bolsonaro, e foi precedido pelo exame das políticas de gênero, das políticas de direitos humanos e das políticas raciais.

Ofício ao Procurador da República do Ministério Público Federal em Sergipe solicitando providências para apuração e enfrentamento da violência de agentes da Polícia Rodoviária Federal que causaram a morte de Genivaldo Jesus Santos, em 25/5.

Ofícios ao Procurador Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior, e **ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais** solicitando investigação da morte de Marcos Vinicius Vieira Couto, baleado na cabeça em abordagem da Polícia Militar, em 16/7, na cidade de Contagem (MG).

Ofícios ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e ao Secretário de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul pedindo apuração de tortura sofrida por dois homens no Supermercado Unisuper, na cidade gaúcha de Canoas, em 12/10.

Ofícios a autoridades do Rio de Janeiro solicitando apuração do assassinato a pauladas do congolês Moïse Kabagambe em um quiosque de praia na Barra da Tijuca,

em 24/1. Foram protocolados documentos direcionados a Luciano Oliveira Mattos de Souza, procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; João Batista Berthier Leite Soares, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, e Marcus Vinícius de Almeida Braga, delegado da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Racismo

Ato Virtual contra a Criminalização da Pobreza, 18/8.

Em solidariedade a Diego Andrade da Silva e Ivan Santos Trindade, presos por crimes que não cometeram, diversas organizações realizaram um ato virtual e apresentaram uma carta pública denunciando e repudiando a precariedade das políticas de segurança pública, o descontrole das polícias e o racismo estrutural que atinge negros e pobres.

Ofício à Procuradoria Geral de Justiça da Bahia sobre racismo em shopping center.

Em 18/1, a Comissão Arns enviou um ofício a Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, procuradora geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, requerendo que seja “devidamente acompanhado e apurado o episódio de racismo sofrido por Luís Fernandes Júnior, no Shopping da Bahia, em Salvador, em 28 de dezembro de 2022.

Ofício ao secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Miler Portela e Silva, solicitando a apuração do episódio de agressão e discriminação racial sofrido por Gabriel da Silva Nascimento, em Açailândia, em 2 de janeiro. Gabriel foi agredido por um homem e por uma mulher na porta do prédio onde mora, dentro do próprio carro. A mulher também é moradora do prédio.

Apoio ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial do Conselho Nacional de

Justiça, em 25/11, firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Conselho da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O Pacto Nacional consiste na adoção de programas, projetos e iniciativas a serem desenvolvidas em todos os segmentos e graus de jurisdição da Justiça, para combater e corrigir as desigualdades raciais, por meio de medidas afirmativas, compensatórias e reparatórias, para eliminação do racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário.

FOTO: GIL FERREIRA/AGÊNCIA CNJ



Direito à memória e à verdade

Diploma de reconhecimento pela defesa da verdade, 24/3.

Em solenidade na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, em homenagem ao Dia Internacional do Direito à Verdade, a Comissão Arns foi agraciada com o diploma de reconhecimento pelo trabalho realizado em favor do direito à verdade.

Visita de apoio ao CAAF, 1º/4.

Responsável pela identificação das 1.049 ossadas do cemitério de Perus, em São Paulo, onde foram enterrados clandestinamente os corpos de vítimas da ditadura militar, o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) recebeu ordem de desocupação do imóvel onde funcionava. Laboratório único no gênero no país, é ligado à Unifesp, que dispõe de um novo local para abrigá-lo, mas exige reforma que levará alguns meses. Uma comissão da Comissão Arns visitou o CAAF para oferecer apoio na resolução do problema do despejo.

Representação enviada à procuradora regional dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal, Luciana Loureiro Oliveira, em 17/6, defendendo a permanência da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, ameaçada de extinção.

FOTO: ARMAZEMMEMÓRIA.COM.BR/MARCELO ZELIC



Participação na audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal, em 27/10, com o objetivo de recolher informações sobre a implementação das recomendações da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade em Minas Gerais. A audiência pública resultou na emissão de Nota Técnica do Ministério Público Federal recomendando a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade.

Ofício ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 5/10, pedindo informações sobre a guarda e a destinação de acervo pertencente à Comissão de Anistia, colegiado vinculado a esse ministério. Segundo o noticiário, o ministério iria descartar o acervo, contendo cerca de 17 mil obras, entre livros e produções audiovisuais, reunindo dados e informações sobre graves violações de direitos humanos cometidas na ditadura (período de 1964 a 1985), seus autores, vítimas, testemunhas e depoimentos coletados.

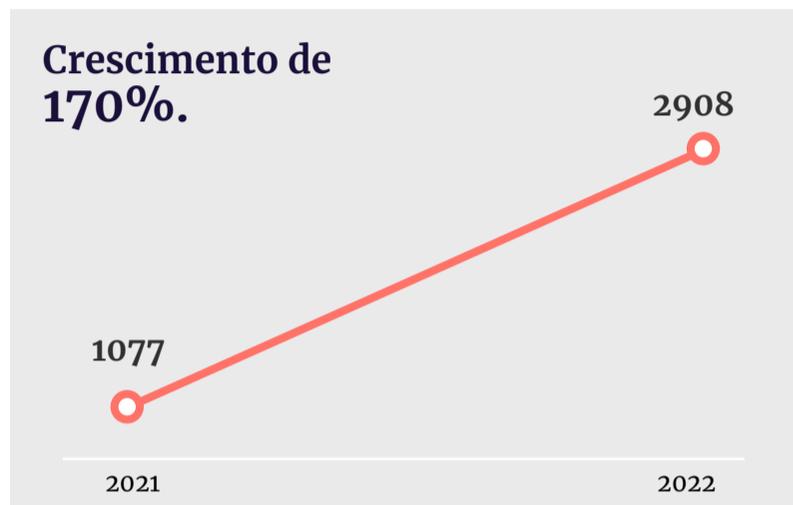
Ofício ao presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a todos os deputados distritais, em 28/11, recomendando a derrubada do veto do governador Ibaneis Rocha ao Projeto de Lei nº 1.697/2021, que altera o nome da Ponte Costa e Silva, no Lago Sul de Brasília, para Ponte Honestino Guimarães, buscando garantir o direito à memória e em homenagem ao estudante da Universidade de Brasília (UnB), desaparecido durante a ditadura militar.

A Comissão Arns na mídia

A Comissão Arns apareceu, em 2022, **2.908** vezes em veículos internacionais, nacionais, regionais e especializados. Considerando que, em 2021, foram registradas **1.077** publicações em órgãos da imprensa brasileira e estrangeira, entre jornais, revistas, noticiário *on-line*, TVs, rádios e *podcasts*, houve um crescimento considerável, de **170%**.

Total de publicações

2.908 vezes



Mídia impressa



143
matérias

A Comissão Arns foi citada em **143** matérias de mídia impressa, como os quatro jornais de circulação nacional (Folha de S. Paulo, Valor, O Estado de S. Paulo e O Globo), publicações regionais e a revista Carta Capital.

Rádio e TV



92
referências



48
referências

TV e rádio aparecem com **92** e **48** referências, respectivamente. Nesse segmento, estão incluídos os telejornais da TV Globo, GloboNews, TV Cultura, SBT, entre outras emissoras, e programas nas rádios CBN, Eldorado e BandNews.

On-Line



2.625
publicações

Publicações na mídia *on-line*, seja em portais da grande imprensa, como Folha, UOL, G1, seja em sites menores, tiveram o maior impacto quantitativo: **2.625**.

Ações de mais repercussão na mídia

Em 2022, as pautas relacionadas à Comissão Arns que tiveram maior repercussão foram o ato suprapartidário e o ato em favor da democracia, realizado no dia 11 de agosto na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo; o julgamento do então presidente da República Jair Bolsonaro pelo Tribunal Permanente dos Povos; e as gestões da CA em relação aos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips na Terra Indígena Yanomami, no Amazonas.



A leitura dos dois manifestos no ato suprapartidário em defesa da democracia, em 11 de agosto, na Faculdade de Direito da USP, foi o evento que recebeu maior cobertura da imprensa e que mais repercutiu na mídia: **716 publicações.**

716
publicações.



O **Tribunal Permanente dos Povos**, que condenou o presidente Jair Bolsonaro por crimes contra a humanidade no Brasil e violação dos direitos humanos durante a pandemia da Covid-19 contou com cobertura *in loco* e coletiva de imprensa. O noticiário se deu em dois momentos, no julgamento e ao ser proferida a sentença, e somou **400 matérias**. O noticiário se deu em dois momentos, no julgamento e ao ser proferida a sentença, e somou **400 matérias**

400
matérias



O caso Dom e Bruno, denunciado na ONU pela Comissão Arns, apareceu **136 vezes** na mídia, com citação à Comissão Arns, considerando também as publicações sobre o ato inter-religioso na Catedral da Sé.

136
vezes

Mídias Digitais

A presença digital da Comissão Arns apresentou um crescimento bastante relevante na rede social mais importante para a temática de direitos humanos, o Twitter.

Foram conquistados seguidores de grande influência no debate político e a Comissão passou a ser referência nas postagens de terceiros.

O site da Comissão Arns foi renovado e repaginado, apresentando um visual mais atrativo e engajante, agora com versão em inglês e galeria de fotos de direitos humanos. Trata-se de um repositório completo de todas as ações da comissão e dos documentos emitidos pela comissão nas causas em que atua.

Site

338

Total de publicações entre artigos, notas públicas e documentos.

107,97

Publicações novas no período em português

10

Publicações novas no período em inglês

20

Notas Públicas

Blog do UOL

36

Total de publicações

98K

visualizações

Mais vistos



22.294

Uma revolução de sinais invertidos (Vladimir Safatle)



9.139

TPP julgará crimes de Bolsonaro (Paulo Sérgio Pinheiro)



Twitter

5.600

Total de seguidores

2.200

Seguidores novos no período. Uma média de 6 novos seguidores/dia

150%

Crescimento em relação ao período anterior (2.219)

776K

Visualizações no período

Mais vistos



151K

Ato na Catedral em memória de Bruno Pereira e Dom Phillips



26K

Para que nunca mais aconteça! (card ditadura)



16K

Tribunal Permanente dos Povos

f Facebook

5.751

Total de seguidores entre 55 e 64 anos, sendo 54% mulheres.

660

Seguidores novos no período

1.372

Total de posts com 687.206 visualizações

265

Posts no período

Mais vistos

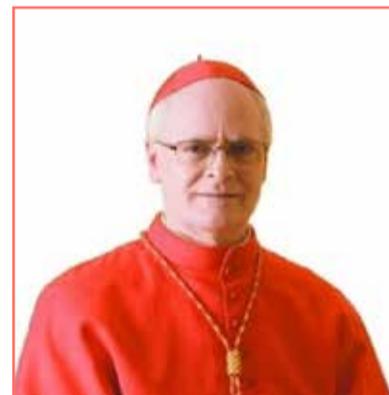
266.476

Visualizações no período



69.839

Pacto pela vida das crianças brasileiras



27.601

Nota de solidariedade ao cardeal arcebispo Dom Odilo Scherer

Instagram

3.600

Total de seguidores

600

Seguidores novos
no período

614

Total de posts

80

Posts no
período

Mais vistos



9.127

Cards eleições –
8 peças



4.869

Sentença de julgamento
do TPP



2.912

Carta a Alexandre
de Moraes

COMISSÃO ARNS



Sede: Av. Santos Dumont, 843 - Bom Retiro, São Paulo - SP
CEP: 01101-000 CNPJ nº 36.968.898/0001-33



Celular (Whatsapp): 55 11 97211-0717



comissaoarns@comissaoarns.org

comissaoarns.org

[instagram.com/comissaoarns](https://www.instagram.com/comissaoarns)

twitter.com/comissaoarns

[facebook.com/ComissaoArns](https://www.facebook.com/ComissaoArns)